

A instabilidade como certeza

Debate Classe política Patrícia Vieira

Um dos mais glosados sonetos de Camões, o poeta contempla desapaixonadamente um universo em permanente mutação. Se “todo o mundo é composto de mudança”, em geral para pior na visão pessimista do escritor, o que o preocupa acima de tudo é que “não se muda já como soia.” Em linguagem coloquial, a própria mudança já não é o que era.

Este poderia ser o mote das recentes convulsões por que tem passado a política portuguesa. Da remodelação do Governo no mês passado que pôs um ponto final provisório no melodrama protagonizado pelos líderes dos dois partidos no poder, à demissão do secretário de Estado do Tesouro, Joaquim Pais Jorge, a “dança de cadeiras” a que temos assistido ultimamente, com alguns dos intervenientes a ficarem sem assento, revela que as circunstâncias já não mudam como costumavam. Ou seja, tudo muda, mas não muda nada: *plus ça change...*, como dizem os franceses.

As contínuas alterações ao nosso panorama governamental, por superficiais que sejam, não deixam de ter consequências para o país. Geram, por um lado, um excesso de estímulos políticos que convive com uma profunda apatia. Constantemente bombardeada por intrigas e desentendimentos partidários, que resvalam por vezes em despuradas “lavagens de roupa suja” em público, a população está cada vez mais saturada da política nacional.

A esta alergia à política soma-se o hábito de viver num permanente estado de exceção. Nos dias que correm, a única certeza é a instabilidade, que se apresenta como o correlativo da precariedade no domínio económico. Marcos que norteavam a vida dos portugueses, tais como a segurança na reforma, o apoio em caso de doença, a própria confiança na viabilidade económica do país, têm vindo a ser progressivamente postos em causa nos últimos anos. Sob pretexto de atravessarmos tempos de exceção, o contrato implícito entre cidadãos e o Estado está suspenso até notícia em contrário.

Como as regras que determinam o xadrez político e económico se encontram numa mutação incessante, não nos admiramos já com quase nada e, concomitantemente, nada esperamos dos vários governos. É bom lembrar que a expressão “estado de exceção” é sinónima de “estado de sítio.” Não é só Portugal que está sitiado pelos seus credores e pelas condições draconianas impostas pela *troika*. Aliados

a estes fatores externos, os políticos nacionais têm contribuído para sitiar os portugueses, acoissados por medidas que contribuem para um cada vez mais rápido empobrecimento da população.

Tendo-se a volatilidade e a exceção tornado normas numa situação de estado de sítio, como operar uma verdadeira transformação? Como ultrapassar a constante irritação da nossa sensibilidade política, que não logra penetrar nas camadas mais profundas da vida nacional, e realizar uma mudança radical?

Uma modificação real da paisagem política nacional só será possível reunindo-se pelo menos duas condições. É imperativo levantar o véu por detrás do qual se escondem as verdadeiras questões que temos que considerar como comunidade política. Como utilizar a riqueza do país de forma a beneficiar os cidadãos e a estimular crescimento económico? De que modo criar emprego



A situação de exceção em que nos encontramos mina a credibilidade da classe política



sem procurar tornar Portugal na *sweatshop* da Europa? Como pagar a dívida externa evitando uma redução generalizada do nível de vida? Por outro lado, é necessário restaurar a confiança dos portugueses no Estado. A situação de exceção em que nos encontramos mina a credibilidade da classe política. Para inverter esta conjuntura, o Governo deverá assumir o seu papel de mediador, que transforma a vontade dos cidadãos em medidas concretas.

Voltando ao soneto camoniano, verificamos que a opinião final do poeta sobre a mudança é ambígua. Quando Camões afirma “que não se muda já como soia”, não sabemos se o escritor se refere a uma mudança superficial e, como tal, desprovida de significado, ou se, pelo contrário, alude a uma transformação mais profunda do que “este mudar-se cada dia” a que estamos habituados.

Se interpretarmos a mudança camoniana como uma alteração tectónica na nossa forma de ver o mundo, vemos cair por terra as recentes alterações no Governo como as politiquices que são. Da verdadeira mudança, continuamos ainda à espera.

Professora na Universidade de Georgetown, EUA

Para redefinir a classe média

Debate Conceito de classe média Elísio Estanque

Talvez por ser uma categoria social que anda na boca de tanta gente – uns porque antevêm a sua queda iminente, outros porque aplaudem o seu apogeu –, a “classe média” é cada vez mais difícil de definir. Durante muito tempo, e em especial no Ocidente, perante a terciarização das economias e o crescimento do funcionalismo público, criou-se a ideia de que a classe média (assalariada) era sinónimo de trabalho “limpo” (os célebres colarinhos brancos), familiaridade com as chefias, estabilidade de emprego e programação de carreiras. Sobretudo as correntes de pensamento influenciadas pela vulgata marxista e a sua grande narrativa da classe operária, ao mesmo tempo que construíram o mito do proletariado redentor, criaram a ideia de uma (igualmente mítica) classe média “instalada” e monolítica, ou seja, caracterizada pelo individualismo, o consumismo e a adesão incondicional ao *statu quo* capitalista.

Não sendo este o lugar para uma análise rigorosa do tema – cf. Renato Carmo (org.), *Portugal, Uma Sociedade de Classes*; e Elísio Estanque, *Classe Média. Ascensão e Declínio* –, é importante notar que se trata de terreno movediço. No mundo atual, com a profissão e o emprego a perderem centralidade e a própria crise estrutural a indiciar ruturas iminentes no sistema capitalista, assiste-se a uma rápida recomposição da estrutura das classes, o que requer um outro olhar sobre o conceito de classe média. Não só o trabalho assalariado se tornou mais fragmentado como a sua crescente precarização, fluidez e instabilidade lhe retiram significado enquanto estatuto ou condição de classe. Para além disso, a massa dos desempregados atinge hoje muitos milhões, desde os não-qualificados aos qualificados, dos jovens aos adultos, dos que se encontram a meio ou no final da “carreira profissional” aos que lutam sem êxito até à idade adulta por um trabalho precário (esquecida que está a noção de “carreira profissional”). Deste modo, mais do que pensar nos impactos da renovação das profissões, da tecnologia ou do processo de massificação de credenciais académicas, importa pensar quais os recursos que devem ser considerados para identificar os distintos segmentos que compõem a classe média na atualidade (ou no futuro próximo). Um estudo recente de sociólogos ingleses (Devine, Savage e outros, *A new model of social class*) propõe uma nova tipologia de classes sociais (inspirada em P. Bourdieu e J. Goldthorpe) que inclui um leque de sete categorias: (1) elite – 6% da população do Reino Unido; (2) classe média estabelecida – 25%; (3) classe média técnica – 6%; (4) novos trabalhadores afluentes – 15%;

(5) classe trabalhadora tradicional – 14%; (6) trabalhadores de serviços emergentes – 19%; e (7) o precariado – 15%. Em termos meramente quantitativos, pode dizer-se que a classe média inglesa possui um peso significativo (entre 45% a 55% da população, consoante os indicadores sejam usados num sentido mais apertado ou mais amplo), mas o que não se deve é tomar por igual o que é fortemente desigual ou por homogéneo o que é heterogéneo.

O posicionamento dos grupos sociais no espaço – social ou territorial – processa-se segundo lógicas de aproximação e afastamento, de identificação e demarcação e, assim, os diferentes segmentos, as suas práticas e subjetividades, orientam-se segundo critérios que dependem não só do volume de recursos que controlam mas do tipo de recursos e do modo como eles se conjugam. Exemplo: elevado capital educacional e cultural conjugado com escasso capital económico tende a proporcionar



No mundo atual, assiste-se a uma rápida recomposição da estrutura das classes

atitudes e comportamentos contrários à situação inversa, isto é, quando a riqueza e o dinheiro abundam em setores com fracos recursos culturais: uma família de “classe média estabelecida” (por exemplo, negociantes recém-enriquecidos) demarca-se no seu modo de vida de uma outra que perdeu o emprego (por exemplo, professores à beira do empobrecimento) e que, com toda a probabilidade, tende a revoltar-se contra a sociedade, o mercado e o poder político.

Ao contrário da retórica dominante, as estruturas do capitalismo e as dinâmicas concorrenciais do mercado desenrolam-se sob o signo do poder e dos jogos de soma nula (os ganhos de uns são as perdas de outros) e não tanto na base de uma partilha ética de valores meritocráticos. Quer isto dizer que a distribuição desigual do poder (económico, social, político, simbólico, etc.) é um fator que não apenas define os antagonismos entre pobres e ricos ou entre capital e trabalho, mas também entre camadas sociais que, sem se posicionarem nos extremos, disputam entre si um lugar na estrutura da sociedade, seja no quadro da ordem vigente (é o caso dos segmentos “instalados”) seja na sequência de uma nova ordem que possa emergir após um sobressalto cívico, uma rutura estrutural ou uma revolução, em que esses mesmos setores sejam protagonistas.

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; professor visitante da Unicamp - Brasil